

Na trilha da insensatez

Lincoln da Cunha Pereira

Fala-se de novo em pacto, agora com o nome de condomínio. Outros governos tentaram outros nomes, como entendimento, acerto, acordo. Na maioria das vezes, queriam mesmo era aumentar a carga tributária. Também agora, pelo que se lê, pelo que se ouve, o condomínio tem como objetivo imediato garantir mais recursos para o Governo. Ou seja: parece que vamos caminhar novamente pela trilha da insensatez.

Alarmado com as carências do País, sensibilizado com o sofrimento do povo, o Governo cogita de soluções rápidas, eficientes, e se dá conta de que não tem verbas disponíveis para atacar as doenças e as estradas esburacadas, o analfabetismo, a falta de habitações, a violência e a miséria absoluta. Premido e angustiado, o Governo vê como única solução o aumento de impostos, acredita que só arrecadando mais conseguirá socorrer a pátria em apuros.

Enganaram-se todos os governantes que pensaram e agiram assim. Enganar-se-ão todos os que pensarem e agirem assim. A solução da problemática nacional não passa pelo aumento da carga tributária. Pelo contrário: mais impostos, no Brasil de hoje, significam mais recessão, mais inflação, mais sonegação. O ajuste fiscal embutido no tão falado pacto-condomínio produzirá como resultado prático, a transformação das intenções sociais em conse-

quências anti-sociais.

O Brasil está convencido de que o presidente Itamar Franco é um homem honrado. Conta o Presidente, portanto, com a condição básica, essencial, para reunir as principais lideranças nacionais em torno do objetivo comum de dar fim à crônica crise nacional. Mas, se o aumento de impostos entrar na lista das medidas anticrise, cairá por terra qualquer unanimidade ou consenso que a inegável honradez presidencial haja propiciado.

Por quê? Porque as soluções são outras. Uma das primeiras providências para "equilibrar o orçamento em bases permanentes", como já foi anunciado pelo Governo: estados e municípios deverão assumir encargos equivalentes aos recursos com que a Constituição os premiou.

Outra medida eficaz: reduzir a brutal carga dos gastos com salário e custeio. Em 1984, tais gastos representavam oito por cento do PIB. Hoje, representam o dobro, 16 pontos. O número de funcionários públicos no País aumentou em 63 por cento, entre 1979 e 1988. Produzimos funcionários públicos a uma taxa anual de 5,6 por cento, mais que o dobro da taxa de crescimento populacional.

Em vez de um ajuste fiscal, o Governo deveria preparar um programa de redução de gastos dispensáveis ou postergáveis que garantissem o uso racional dos recursos dispo-

níveis, acelerasse a aprovação de projetos importantes para o setor privado (a modernização dos portos, por exemplo), definisse com clareza e desenvolvesse com firmeza o programa de privatizações.

Agindo assim, o atual Governo manteria o fluxo de boa vontade que o gerou. Com o nome de condomínio, pacto, entendimento, acordo, acerto ou qualquer outro, o País de disporia a seguir unido na luta contra os enormes problemas que nos entristecem e envergonham.

Ninguém, entre as lideranças conscientes do Brasil, pensa em soluções milagrosas, em mágicas, em truques capazes de criar prosperidade num estalar de dedos. Já sofremos demais, para nos iludirmos com essas miragens. Sabemos muito bem que nossa crise só se resolverá com trabalho duro, disciplina, seriedade, competência, utilização de tecnologia avançada, talento, criatividade, abertura para as novas idéias.

Nada disso brota facilmente. Nada disso acontece por obra de divindades benfazejas. Nada disso virá com aumento de impostos. É preciso fazer urgentemente as reformas necessárias e começarmos a trabalhar para recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento.

□ Lincoln da Cunha Pereira é presidente da Associação Comercial de São Paulo